



**ANÁLISE DA EFETIVIDADE DO ARRANJO NORMATIVO E
INSTITUCIONAL BRASILEIRO PARA ALCANCE DOS OJETIVOS DO
MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO LIMPO**

PRISCILA PEREIRA DE ANDRADE

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Dias Varella

Co-Orientador: Prof. Dr. Roberto Freitas
Filho

BRASÍLIA

2008

PRISCILA PEREIRA DE ANDRADE

**ANÁLISE DA EFETIVIDADE DO ARRANJO NORMATIVO E
INSTITUCIONAL BRASILEIRO PARA ALCANCE DOS
OBJETIVOS DO MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO
LIMPO**

Dissertação apresentada como requisito
parcial para conclusão do Programa de
Mestrado em Direito do Centro
Universitário de Brasília

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Dias Varella

Co-Orientador: Prof. Dr. Roberto Freitas
Filho

BRASÍLIA

2008

PRISCILA PEREIRA DE ANDRADE

ANÁLISE DA EFETIVIDADE DO ARRANJO NORMATIVO E
INSTITUCIONAL BRASILEIRO PARA ALCANCE DOS OBJETIVOS DO
MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO LIMPO

Banca examinadora:

Prof. Dr. Marcelo Dias Varella

Prof. Dr. Roberto Freitas Filho

Profª. Dra. Ana Flávia Barros-Platiau

Dedico essa dissertação ao meu pai pelo incentivo dado aos meus estudos na área do Direito Ambiental.

À minha mãe e irmãos pelo estímulo, carinho e paciência.

Aos meus grandes amigos que conscientes ou não me deram força para continuar esse trabalho.

Agradeço, em primeiro lugar, ao meu orientador Professor Dr. Marcelo Dias Varella, pela participação fundamental na minha formação acadêmica, pelos preciosos ensinamentos, pelas inúmeras conversas, pelo carinho e incentivo em todos os momentos.

Agradeço aos prezados professores Dra. Ana Flávia Barros-Plataiu, Dr. Roberto Freitas Filho, Dr. Luiz Eduardo, Dr. Francisco Rezek, Dr. Frederico Barbosa pelos conhecimentos e experiências compartilhadas, que em muito me auxiliaram nessa trajetória do mestrado.

Agradeço aos profissionais que trabalham diretamente com a questão das mudanças no clima e MDL no Brasil, em especial, Lucila Fernandes Lima, Haroldo Machado Filho, Francine Hakim Leal, Renata Calsing e Larissa Schmidt, pelas valiosas discussões jurídicas que certamente contribuíram para a consecução deste trabalho.

Agradeço aos meus pais Ronaldo e Edméia pela co-orientação informal e imprescindível e à Deus por estar comigo em mais esta etapa e por me dar condições de estudar e realizar este trabalho

Aos meus amigos de mestrado, em especial, André, Carina, Eveline, Chris e Henrique pelo companheirismo nos momentos de angústia e pelos empurrões nas horas certas. Às queridas Marley e à Gigliola, pela assistência incondicional.

Agradeço ainda a CAPES e a Rede Alfa, por terem me proporcionado bolsas de estudo que me permitiram concluir o mestrado, além de usufruir da experiência de estudar em Paris durante um semestre.

RESUMO

O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) visa, por meio de projetos implementados em países em desenvolvimento, auxiliar países desenvolvidos a cumprirem compromissos de redução de emissão de gases causadores do efeito estufa. No entanto, embora se especule muito sobre a magnitude da redução de emissões de gases de efeito estufa resultante dos projetos de MDL, menos atenção tem sido dada ao segundo objetivo dos projetos de MDL que é o de promover o desenvolvimento sustentável nos países em desenvolvimento. Para usufruir plenamente das oportunidades e benefícios advindos da implementação de projetos de MDL, é necessário que os países em desenvolvimento estabeleçam instrumentos normativos e institucionais capazes de regulamentar, administrar e implementar os procedimentos estabelecidos internacionalmente. Assim, a participação de um país só é efetiva quando o arranjo normativo e institucional empregado permite que os dois objetivos do MDL sejam alcançados de forma equivalente. Desse modo, esse trabalho analisa a efetividade da participação do Brasil no MDL, mais precisamente, o quanto as normas e instituições existentes no Brasil são adequadas para incentivar e garantir sua efetiva participação nos projetos e possibilitar que os objetivos do MDL sejam alcançados. Conclui-se que o esforço institucional e normativo para o alcance dos objetivos do MDL no Brasil ainda é incipiente em alguns aspectos, como no aprimoramento efetivo do desenvolvimento sustentável. São sugeridas medidas relacionadas ao monitoramento, metodologia de projetos e flexibilização de critérios de elegibilidade que poderão aumentar a efetividade da participação brasileira no MDL.

Palavras chave: Mudanças no clima, Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), redução de emissões de gases de efeito estufa, desenvolvimento sustentável, participação do Brasil

ABSTRACT

The Clean Development Mechanism (CDM) aims to assist developed countries to comply with its obligations to reduce greenhouse gas emissions, which cause the greenhouse effect, by implementing projects to reduce these emissions in developing countries. However, despite much has been speculated about the CDM project's greenhouse gas reduction potential, less attention has been given to a second CDM objective which is the contribution of these projects to the promotion of sustainable development in developing countries. In order to completely exploit the opportunities and benefits from CDM project implementation it is necessary that developing countries establish normative and institutional instruments able to control, administrate, implement internationally established procedures. Thus, the participation of a developing country in the CDM is considered effective when the normative and institutional arrangement enable equally achievement of both CDM objectives. In view of that, this thesis examines wheter the Brazilian participation in the CDM is effective or not, and more specifically, if the normative and institutional arrangements in Brazil are adequate to motivate an effective participation in CDM projects and to assure that both CDM objectives are achived. It is concluded that the Brazilian institutional and normative regulations are incipient in regard to aspects such as promotion of sustainable development. Some actions such as better monitoring, newer project methodology and more flexible eligibility criteria might improve sustainability promotion in Brazilian CDM projects.

Keywords: climate change, Clean Development Mechanism (CDM), greenhouse gas emissions reduction, sustainable development, Brazilian participation

LISTA DE ACRÔNIMOS

AAU - *Assigned Amount Unit*

ANA - Agência Nacional de Águas

AND - Autoridade Nacional Designada

BEN - Balanço Energético Nacional

BM&F - Bolsa de Mercadorias e Futuros

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CCSF - *Special Climate Change Fund*

CCX - *Chicago Climate Exchange*

CIMGC - Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima

CMEsp - Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas

CNUMAD - Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano

COP - *Conference of the Parties*

COP/MOP - *Conference of the Parties serving as the Meeting of the Parties to the Kyoto Protocol*

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

DCP - Documento de Concepção do Projeto

EOD - Entidade Operacional Designada

ETS - *European Trading Scheme*

FBMC - Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos

FNMC - Fundo Nacional de Mudanças Climáticas

GEE - Gases de Efeito Estufa

GEF - *Global Environmental Facility*

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IGES - *Institute for Global Environmental Strategies*

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia

IPCC - *Intergovernmental Panel on Climate change*

LDCF - *Least Developed Countries Fund*

LULUCF - *Land Use, Land-Use Change and Forestry*

MBRE - Mercado Brasileiro de Redução de Emissões

MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia

MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MDL - Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

MRE - Ministério das Relações Exteriores

MW - Megawatt

NSW - *New South Wales*

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OIE - Oferta Interna de Energia

OMM - Organização Meteorológica Mundial

ONU - Organização das Nações Unidas

PNMC - Política Nacional de Mudanças Climáticas

PNPB - Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PoA - *Programme of Activities*

ppb - partes por bilhão

ppm - partes por milhão

PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica

PROCONVE - Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores

PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica

RCE - Reduções Certificadas de Emissões

RCEI - Reduções Certificadas de Emissões a longo prazo

RCEt - Reduções Certificadas de Emissões temporária

REDD - Redução das Emissões Decorrentes do Desmatamento

SBI - *Subsidiary Body for Implementation*

SBSTA - *Subsidiary Body for Scientific and Technological Advice*

SMCQ - Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental

STF - Supremo Tribunal Federal

UNFCCC - *United Nations Framework Convention on Climate Change*

URE - Unidades de Redução de Emissões

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Potencial do aquecimento global dos gases de efeito estufa. **Erro! Indicador não definido.**

Tabela 2 - Modalidades de financiamento dos projetos. **Erro! Indicador não definido.**

Tabela 3 - Status atual dos projetos de MDL na CIMGC e no Conselho Executivo. **Erro! Indicador não definido.**

Tabela 4 - Projeto de Lei em Trâmite..... **Erro! Indicador não definido.**

Tabela 5 - Diferentes valores para atividades de projeto de MDL..... **Erro! Indicador não definido.**

Tabela 6 - Distribuição das atividades de projeto no Brasil por tipo de projeto. **Erro! Indicador não definido.**

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Matriz de oferta de energia elétrica. **Erro! Indicador não definido.**
- Figura 2 - Distribuição das atividades de projetos registradas no mundo. **Erro! Indicador não definido.**
- Figura 3 - Representação do hexágono da metodologia do Carbono Social. ... **Erro! Indicador não definido.**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I - O MDL COMO MECANISMO ECONÔMICO E COMERCIAL	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
1 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O PROBLEMA DA MUDANÇA NO CLIMA ...	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
2 OS REQUISITOS DE ELEGIBILIDADE PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE MDL.....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
2.1 <i>Voluntariedade</i>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
2.2 <i>Benefício e Adicionalidade</i>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
3 CRITÉRIOS SUSTENTÁVEIS	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
4 A APROVAÇÃO E CERTIFICAÇÃO: AS SETE ETAPAS DO MDL	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
5 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE OS DIFERENTES TIPOS DE PROJETO DE MDL ...	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
6 MODALIDADES DE FINANCIAMENTO DOS PROJETOS	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
7 FORMAS DE COMERCIALIZAÇÃO DAS REDUÇÕES CERTIFICADAS DE EMISSÃO ..	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
CAPÍTULO II - O MDL NO REGIME INTERNACIONAL DO CLIMA	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
1 ARRANJO NORMATIVO E INSTITUCIONAL INTERNACIONAL DO MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO LIMPO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
1.1 <i>O quadro institucional do Protocolo de Quioto</i>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
1.1.1 <i>A COP e sua atuação como reunião das Partes do Protocolo de Quioto</i>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
1.1.2 <i>Conselho Executivo do MDL</i>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
1.1.3 <i>Secretariado</i>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
1.1.4 <i>Órgãos Subsidiários</i>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
1.1.5 <i>Entidades Operacionais Designadas</i>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
2 LEGISLAÇÕES INTERNACIONAIS	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
2.1 <i>Comentários sobre o artigo 12 do Protocolo de Quioto</i>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
2.2 <i>Decisões das Conferências das Partes relativas ao MDL</i>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
CAPÍTULO III - A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NO MDL.....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
1 O ARRANJO NORMATIVO E INSTITUCIONAL BRASILEIRO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
1.1 <i>Quadro institucional brasileiro</i>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
1.1.1 <i>Autoridade Nacional Designada</i>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
1.1.2 <i>Outros atores envolvidos</i>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
1.1.3 <i>Mercado Brasileiro de Redução de Emissão</i>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
1.2 <i>Regulamentações Nacionais do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo</i>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
1.2.1 <i>Considerações gerais sobre a sistemática brasileira de incorporação das normas internacionais</i>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
1.2.2 <i>Internalização da Convenção do Clima e do Protocolo de Quioto</i>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
1.2.3 <i>Resoluções da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima</i>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
1.2.4 <i>Projetos de lei em trâmite</i>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
2 A EFETIVIDADE DO MDL NO BRASIL	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
2.1 <i>Considerações gerais sobre a matriz energética e emissões de GEE no Brasil</i>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>

- 2.2 Status dos projetos de MDL no Brasil..... **Erro! Indicador não definido.**
- 2.3 Análise da efetividade do MDL no Brasil **Erro! Indicador não definido.**
- 2.4 Análise da contribuição dos projetos de MDL para o avanço sustentável do Brasil..... **Erro!
Indicador não definido.**
- 2.5 Fatores que podem contribuir para a melhoria da participação brasileira no MDL..... **Erro!
Indicador não definido.**

CONCLUSÃOERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

REFERÊNCIASERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.